

NEM TUDO SE FRAGMENTOU: NOTAS SOBRE UM DISCURSO DE F. H. CARDOSO

*JOSÉ FLÁVIO BERTERO**

Pretendemos, nestas notas, refletir acerca de alguns pontos do discurso proferido por F.H. Cardoso durante solenidade de comemoração do "Dia da Cultura", realizada no Teatro Nacional de Brasília, em 05 de novembro de 1995. Os referidos pontos resumem-se nas seguintes afirmações: 1) "a cultura de massas é uma ilusão"; 2) "houve uma fragmentação imensa de tudo, inclusive dos públicos e dos criadores", fragmentação esta, convém explicitar, acrescentamos nós, causada pela nova tecnologia e o livre mercado; 3) e "uma conseqüente volta à artesanaria" (Folha de São Paulo, 19/11/1995, p.5-4)¹

Conquanto o ponto essencial de tais afirmações seja a idéia de fragmentação, iniciaremos a nossa exposição a respeito da mencionada reflexão pelo último ponto, o da "volta da artesanaria". Não é demais esclarecer antes o conceito de artesanato. O artesão é um trabalhador manual, dotado de conhecimento, habilidade e destreza, que fazem dele um virtuoso, o qual tem na ferramenta o seu principal instrumento de trabalho. São esses os fundamentos do artesanato, ou seja: base técnica de cunho manual e artífice capaz de exercer o seu ofício com mestria, mas cuja formação profissional, por requerer uma longa aprendizagem, implica em elevados custos sociais.

No artesanato, o que dá o tom e o ritmo ao processo de trabalho não são os meios de produção (elemento objetivo) e sim o trabalhador (elemento subjetivo). O manejo da ferramenta torna a produção dependente do virtuosismo do operador individual. Essa dependência impede a organização científica do aludido processo de trabalho. Isto porque, se o trabalhador é assimilado a este, ele teve antes que se adaptar àquele, que, por manusear os meios de

trabalho, de acordo com a sua habilidade, tem o comando do seu processo. O seu trabalho é determinante da natureza deste.

Por isso, embora subordine-se ao capital, tal subordinação é meramente formal. Mesmo quando há separação entre ele e os seus meios de produção, esta separação é formal. Já que, do ponto de vista técnico, é ele quem domina o elemento objetivo da produção e não o inverso. Em contrapartida, a dominação exercida pelo capital sobre o trabalho é, conforme dissemos, formal. Fato que impõe sérios limites à sua expansão, que só ocorre mediante o acréscimo do número de trabalhadores. Dito de outro modo: a acumulação opera, por assim dizer, como acumulação de trabalhadores. E a extração do excedente realiza-se sob a forma de mais valia absoluta, isto é, por meio do prolongamento da jornada de trabalho, ao que os trabalhadores resistem bravamente.

Essa situação mantém-se sob a manufatura. Também esta é dependente do elemento humano, o qual prepondera sobre o elemento objetivo. O trabalhador permanece como elemento principal do processo de produção. É dele que partem as transformações do citado processo. A sua base técnica é similar à artesanal. Tal qual esta, apoia-se na ferramenta. Não subverte, portanto, as condições de produção. Apenas introduz a divisão do trabalho, mutilando o trabalhador que, apesar disto, continua virtuoso. A acumulação persiste como acumulação de trabalhadores, quer dizer, dependente destes.

Só a indústria moderna, fundada no sistema mecânico, de máquinas, rompe com esta dependência. Neste regime de produção opera-se uma subversão no processo de trabalho: não é mais do trabalhador que

* Professor do Departamento de Sociologia da FCL - Unesp - Araraquara.

partem as modificações, mas dos meios de trabalho. Tampouco é ele que manipula estes meios. Limita-se a vigiá-los. Adapta-se ao processo de trabalho, em vez de adaptá-lo a si. A máquina toma o seu lugar. O seu virtuosismo desloca-se para esta, que se torna a nova virtuosa. Mais: a máquina assume a condição de agente. Enquanto tal, determina e regula, em todos os aspectos, a ação do trabalhador, a qual é reduzida à mera abstração. Melhor dito, é a máquina que o aciona e não o inverso. O trabalhador converte-se em acessório de uma coisa que se move fora dele, de um sistema automático. Este é o lado ativo (e inteligente) do processo produtivo. Conseqüentemente, esse processo deixa de ser processo de trabalho, no exato sentido em que o trabalho imediato não é mais a unidade que o domina e lhe dá forma. Ao contrário, aparece apenas como órgão consciente nos trabalhos vivos e dispersos em várias partes do sistema de maquinaria, no qual se subsume, sendo ele próprio não mais que um elo deste sistema, cuja unidade não está nele, trabalho, nem mesmo no seu executor, o trabalhador (ambos passivos), mas na maquinaria (ativa), essa forma de materialização do capital diante da qual a capacidade de trabalho individual praticamente desaparece.

O pleno desenvolvimento do capital e, por conseguinte, da sociedade em que ele predomina, a capitalista, acontecem quando o meio de trabalho se apresenta frente ao trabalhador, no processo de produção, na qualidade de máquina. Somente então esse processo não aparece mais subsumido na habilidade do artífice, senão na aplicação tecnológica da ciência. Dar à produção um caráter científico é, com efeito, a tendência do capital. O trabalho imediato reduz-se, a partir daí, a mero "fator" desse processo. Subsume-se na maquinaria. O capital assenhoreia-se do processo de trabalho, impõe-lhe uma nova base material, adequada a sua autovalorização, base esta à qual se ajusta, igualmente, o mercado de trabalho. Passa, desse modo, a depender menos do elemento subjetivo e mais do elemento objetivo, cujo aprimoramento contínuo torna-se imperioso. Doravante, acumulação e progresso técnico caminharão juntos. A extensividade da acumulação cede lugar à intensividade e a mais valia absoluta à relativa. A subordinação real do trabalho adquire hegemonia. A produção assume a forma

especificamente capitalista (Marx. K. 1983 e 1978; Rolsdolsky, 1979; Napoleoni, 1976; Giannotti, 1966).

Pois bem. A automação microeletrônica, em curso desde os anos cinqüenta, mas acelerada nas últimas décadas, apenas acentua essa tendência, não a reverte. A produção social permanece especificamente capitalista (Brigton Labour Process Group, 1991). Por sinal, com uma base material mais sólida, que lhe garante um domínio ainda maior sobre o trabalho. O que lhe permite maximizar o tempo excedente, em prejuízo do tempo necessário. Não que isso seja inédito. Esse procedimento nada tem de novo. A mais valia relativa é antiga. Data de fins do século XVIII e começos do XIX. época da primeira revolução industrial. A novidade reside na nova tecnologia, que pressupõe um nível avançado do capitalismo. Programável, ela submete a si a parcela residual do trabalho vivo. Expropria-lhe o que lhe resta de suas funções cerebrais e manuais. Simplifica-lhe as novas funções e restringe-lhe a magnitude, mediante o aumento da produtividade que propícia.

A economia de trabalho que disso redundou, juntamente com a sua maior versatilidade, acarretada por sua simplificação, incrementa-lhe a superfluidez. Superfluidez, repetimos, e não fim. Superfluidez não significa fim do trabalho. E sim população supérflua à acumulação, mas que, não obstante isso, cumpre funções para ela. No caso em pauta, com o seu aumento, verifica-se um incremento desta população. A superfluidez é relativa à acumulação. E esta, tanto quanto sabemos, não abriu mão do trabalho. Ainda nutre-se dele. Não que se processe sem contradições. Daí, porém, supor que o aboliu, como o fazem muitos hoje, é muito diferente. Sem trabalho não há acumulação. Pois ela é acumulação de capital, que pressupõe a mais valia. Ademais, não é coisa, mas relação social, a qual inexistente sem o trabalho. Só na aparência o capital é sujeito de si mesmo, seu único pressuposto. A não ser no sentido anteriormente exposto, ele não elimina o trabalho e muito menos o seu processo.

Sem ambos não haveria produção e nós não teríamos como sobreviver. Simplesmente porque ainda não temos outro modo de obter os meios de vida que não o da produção. Se há quem não possa suprir as suas necessidades elementares, isso se deve mais a

falta de dinheiro por parte dessas pessoas do que de produtos no mercado. A bem da verdade, este nunca esteve tão abarrotado deles. No entanto, há carência e até mesmo fome. Mas estas não se explicam pela insuficiência de bens. Assim como não se explicam os entraves à produção pelo subconsumo. Tais entraves são explicáveis pelo processo de valorização, perante o qual a produção não tem autonomia. Esta não só se subsume naquele processo, cujo comando pertence ao capital, como tem no capitalista o seu dirigente mor e para quem o aludido processo não é mais que um meio de exploração do trabalho alheio.

Nesse sentido, e tão somente nele, pode-se afirmar a primazia do trabalho vivo sobre o trabalho morto (capital). Isso, evidentemente, a despeito do domínio sobre ele exercido por este senhor, que o suga parasitariamente. O trabalho vivo, especialmente em sua forma abstrata, permanece sua substância e, por que não, medida. Por mais que tenha se autonomizado, não se liberou do trabalho, enquanto fonte de sua ampliação.

As inovações tecnológica e organizacional visam a economia de tempo. Ao elevar a produtividade, a nova automação proporciona essa economia. A reorganização da produção possibilita uma melhor exploração do trabalho, mediante a intensificação do seu ritmo com o mínimo de porosidade ou tempo morto. Não é outra senão esta a função básica da versatilidade do trabalhador. Que não é só de tarefas. Mas, fundamentalmente, adaptação do rendimento do trabalho às exigências da produção; estas consistem, em parte, na necessidade de economizar meios de produção, o que ocorre por meio da redução dos equipamentos e materiais. Por trás dessa economia está a outra parte das referidas exigências, a de economizar gente. Esboça-se, assim, o que se designa de produção enxuta ou fábrica mínima. Mínima ou enxuta, acima de tudo no tocante ao efetivo humano, cujos custos se almejam comprimir. Ela resume-se em unidade dotada de pequeno estoque, com linhas de produção e produtos diversificados e escalas a elas ajustadas, porém largas ou amplas (Coriat, 1988; Petreri, 1996). A diversificação não reduz a escala da produção. Apenas confere-lhe certa flexibilidade. Flexibilidade esta extensiva ao trabalho, cuja racionalização cresce via sua redução a uma base

exígua e via sua desespecialização, que o simplifica ainda mais, de maneira a ratificar e a alargar a sua universalização (Marx, 1974; Lojkin, 1990 e 1996).

Acompanham essa universalização o barateamento da força de trabalho e a diminuição do trabalho vivo, a qual assegura e aumenta a superfluidade da primeira. Incrementa, desta forma, a sua capacidade de oferta no mercado, já congestionado pela recessão econômica em que se encontra mergulhado todo o ocidente. Ressalte-se, ainda, que a maior mobilidade do trabalho, resultante da sua universalização, reafirma o seu caráter abstrato. Expressa-a, concretamente, a polivalência. Esta não requalifica o trabalho. Pelo contrário, pressupõe a sua simplificação, ao mesmo tempo que a exprime. Razão pela qual, prender-se apenas ao concreto, em nome de uma suposta fragmentação social, conforme o faz F.H., é, entre outras coisas, mostrar-se incapaz de ultrapassar a imediatividade dos fatos. Os que assim procedem, não percebem, por conta disso, o que se passa no nível mais amplo e profundo da vida social capitalista. Bem como não percebem ou, se percebem, omitem que o trabalho se realiza sob o mando do capital, que tem com esse mesmo trabalho uma relação despótica, tanto na fábrica quanto na sociedade.

Fábrica e sociedade que experimentam mudanças sensíveis. A primeira delas, graças à automatização de suas máquinas. Em função do que elas estão se reestruturando: diminuindo suas plantas, diversificando suas linhas produtivas, desconcentrando o espaço físico da produção, contraindo os estoques e ajustando suas formas de organização a essa nova situação. Tudo conforme manda o novo figurino ditado pela lei do valor e sua correlata, a concorrência, essa lei coercitiva que, além de acirrada pela crise que já beira vinte anos, é oligopólica e não livre, como querem muitos hoje, particularmente, entre nós. os aliados políticos de F.H. Cardoso, em especial, neste aspecto, os da "Frente Liberal".

A segunda assiste, a um só tempo, a uma socialização de suas relações internas, mediante uma maior cooperação dos seus membros, e uma apropriação privada por uma minoria cada vez mais restrita. A crise por que passa exacerba as diferenças sociais. Acentua as tendências opostas: econômica e socialmente, com claros reflexos no controle que se

exerce sobre a sociedade, o qual, ao que tudo indica, pertence a alguns privilegiados.

A flexibilidade, segundo se nota, não quer dizer somente pluralidade de tarefas e de artigos gerados com máquinas mais versáteis. Mas sobretudo ajustamento da massa de trabalho (vivo e morto) e do seu rendimento às vicissitudes da acumulação. Ela propicia à empresa menor dispêndio de capital variável, por meio da redução do tempo necessário e da aceleração do ritmo de trabalho. Esse fato, mais a automação, garantem-lhe uma maior produção com menos gente. É a chamada potenciação do trabalho.

Não só. Com a flexibilização crescem o trabalho externo e a desregulamentação do trabalho. O trabalho externo assegura à empresa a que se liga uma economia de capital (variável e constante). Ao passo que a desregulamentação do trabalho lhe garante a compressão dos custos. Ambos, contudo, amenizam os seus gastos produtivos. Implicam a transferência de parcela destes gastos a terceiros que, quando não têm a quem repassá-los, são penalizados. A empresa racionaliza o seu empreendimento às custas de outros, em geral menores e mais fracos, com os quais estabelece relações econômicas (Petretri, 1996). Põe para fora de suas portas algumas de suas irracionalidades, as quais, por sua vez, adentram outras portas. Completa essa racionalização, a economia de capital constante proporcionada pela redução das plantas e dos estoques, a que se acresce a versatilidade das máquinas, que as capacita a um uso variado e intenso.

A nova tecnologia simplifica o trabalho. Apesar de usada com vistas a elevar a produtividade, ela dá à empresa um maior controle sobre o trabalho. A centralização da programação, propiciada pelo computador, é um meio eficaz de aumentar esse controle. Ela corrobora a separação entre concepção e execução. Quanto mais ampla for essa separação, menor será a compreensão e o domínio do processo de trabalho por seu executor. Mesmo que seja incentivado a participar (através do círculo de controle de qualidade -C.C.Q-, por exemplo), o que mais se requer dele neste caso é atenção, vigilância, precisão, dedicação, maior rapidez e não qualificação técnica. Por mais positivos que possam ser os resultados dessa prática, ela não elimina a alienação mencionada, nem

a apatia derivada do maior controle exercido sobre o trabalho. Há uma relação inversa entre eles. A um maior controle segue-se um menor envolvimento ativo do trabalhador (Salermo, M.S. 1987, Coriat, 1994).

Mais adiante retomaremos este ponto. Por ora, basta observar que, também sob esse aspecto, não se justifica a apregoada volta ao trabalho artesanal. A mesma coisa pode-se dizer a respeito da fragmentação. Examinemos mais esta questão. Agora sob um nova ótica: a da descentralização espacial da produção, cujos efeitos sobre a divisão do trabalho são notórios. Constata-se, nesse processo: a) uma redução do tamanho da planta, que divide o ciclo produtivo em pequenas unidades; b) um incremento do trabalho externo, sobretudo através de uma vasta rede de pequenas empresas, oficinas, indústrias domésticas, etc. algumas das quais bastante tecnificadas. Muitas vezes, as grandes empresas, detentoras de tecnologia moderna, estimulam as suas subsidiadas, das quais se abastecem dos produtos, a incrementar a produtividade por meio da inovação tecnológica. Aquelas empresas, na verdade, não raro ditam-lhes o que, quanto, bem como a maneira de produzir e os preços. Exercem, desse modo, um controle quase que absoluto sobre estas últimas empresas, as quais, além de, em regra, submeterem-se a uma dura e vasta espoliação, agem como redutoras de custos e assimiladoras dos ônus e riscos daquelas primeiras empresas (Coriat, 1994; Fergus, s/d.)

Talvez seja este um dos motivos pelos quais elas têm se dirigido às regiões e aos países mais atrasados, onde os trabalhadores são normalmente menos organizados e os seus salários mais baixos. Com a eclosão da crise econômica em 1973, emerge uma nova racionalidade, não mais centrada na ampliação da empresa central, mas em pequenas unidades dispersas. Pretende-se, com isso, minorar a ociosidade e os custos existentes. De outra parte, é preciso adequar a produção às novas condições do mercado: estancado, volátil, diversificado e muito concorrido. A crise causa ociosidade nas máquinas e equipamentos, nos materiais e nas pessoas. Daí porque a minoração do pessoal e dos estoques, custos e tempos mortos revela-se imperiosa. A produção tem, crescentemente, que se adaptar a essa situação. As suas linhas devem se adequar à demanda volátil e diferenciada. Os novos

meios de trabalho, especialmente os de origem microeletrônica, facilitam essa adequação. Por serem programáveis para séries diversas de operações, eles dão uma maior flexibilidade à produção, permitindo-lhe a criação de artigos mais individualizados e variados e a preços compatíveis com o mercado, igualmente mais individualizado e variado. Ao que parece, a produção gera o consumo, o consumidor e, inversamente, o consumo gera a produção. Todavia, o consumo é antes de mais nada consumo produtivo, isto é, de meios de produção, o qual se encontra prejudicado pela ociosidade causada pela crise.

Observe-se, de passagem, que a crise fez com que reascendessem os ideais neoliberais, esquecidos nos anos dourados do capitalismo, no decurso dos quais prevaleceu o keynesianismo. Com o reaparecimento daquele ideário, vem à baila uma nova política econômica: contencionista, anti-social e de valorização do mercado e, por isso mesmo, oposta à de bem-estar social, de inspiração keynesiana, que vigorou no período precedente. Desde então, aflora uma situação adversa ao trabalhador, que será agravada, mormente na década de oitenta, pelo incremento do desemprego. Na realidade, há em tal política uma estratégia implícita de dismantelar toda organização e resistência trabalhista (Anderson, 1995; Brunhoff, 1991), de que, aliás, sabe muito bem o nosso Presidente. Tanto sabe, que a pôs em prática. Basta lembrar as medidas por ele adotadas contra os petroleiros em greve.

Isso posto, retomamos a questão relativa à descentralização fabril. Algumas empresas estão se afastando de fato do controle direto de uma parte da produção. Não é que esteja havendo um enfraquecimento ou uma perda do poder econômico dessas empresas. Elas tão-somente delegam às firmas a elas ligadas certas tarefas produtivas, as quais são, no mais das vezes, acompanhadas de ônus e riscos. A descentralização não é mais que um expediente de que se valem para rebaixar custos e repassar despesas, riscos e perdas. Conseguem, desta forma, fazer frente às exigências da produção - ociosa, reiteramos - e do mercado, onde a concorrência ganha novos ingredientes. Reduzem, por tais meios, a ociosidade empresarial, equilibrando a lucratividade, no que são auxiliados pelo fato de concentrarem suas atividades em linhas produtivas mais rentáveis.

É bem verdade que nem toda pequena empresa se associa a uma grande. Não poucas delas possuem dada autonomia. Mesmo quando gozam de autonomia, o mais freqüente é, entretanto, que se subordinem à produção social, a qual é regida pelo capital, esse perverso senhor dos tempos modernos, que a tudo e a todos domina. Essas pequenas unidades produtivas não são homogêneas. Longe disso. Há uma grande diversidade entre elas. Podem-se citar, a título de ilustração, pequenas empresas que assalariam terceiros, sejam eles registrados ou não; empresas familiares: domiciliares; informais ou clandestinas; e por aí vai. A essa diversidade certamente correspondem modos diferentes de inserção na produção social. Em algumas delas, os nexos com esta produção são visíveis. Em outras, não. Todas elas tendem, todavia, a se conectar com a aludida produção social. Tendem, notem bem. O que não quer dizer que não haja produtor à margem dela. Mas como algo marginal e não predominante. Ainda assim, cuja tendência é a de que venha a ser absorvido. Se bem que, outros podem vir a ser liberados. Além do que, a tendência exprime um movimento contraditório, não unívoco, nem linear e muito menos inexorável. Empricamente, a realidade é diversa. A forma pela qual o capital se faz presente nas unidades de produção que ele abriga não é a mesma, nem mesmo tecnicamente. E é isso, exatamente isso, que é preciso investigar, ou seja, a maneira pela qual esse ser social põe concretamente as suas determinações. Isso, é certo, se se pretende dar conta da realidade. O resto é de somenos importância.

Tudo isso, vale notar, ocorre segundo os preceitos da divisão do trabalho, cuja ampliação só se efetiva porque a tendência à centralização prepondera sobre a sua contrapartida, a tendência à fragmentação. Essas tendências contrárias decorrem de um único e mesmo processo: o de acumulação. Mas são acentuadas pela crise que, ao acirrar a concorrência, faz com que aumente a assimetria entre os capitais em funções, mediante a atração, de um lado e, de outro, mediante a expulsão de partes deles, geralmente menos competitivas, para as várias atividades existentes. Os primeiros desses capitais concentram-se nas atividades mais rentáveis, nas quais geralmente imperam as grandes empresas ou conglomerados. Os segundos, concentram-se, ao contrário, nas atividades de menor

rentabilidade, das quais são expressões as várias modalidades de trabalho externo, o pequeno comércio, a indústria doméstica, etc. Essas tendências repercutem, como não poderia deixar de ser, na estrutura social. Tem-se, de um lado, a expansão numérica de pequenos industriais, pequenos comerciantes, pequenos empresários ligados à prestação de serviços e outras formas de pequenos negócios, aí incluídos os informais. E, de outro, a formação de grandes empresas e conglomerados, os quais chegam a compor autênticos blocos de capital.

Retomemos, porém, a divisão do trabalho. Sabemos que ela é correlata da troca. À medida que esta cresce e se universaliza, aquela se amplia, manifestando-se em múltiplas formas empíricas de trabalho, que não são senão suas expressões concretas. A produção torna-se, em consequência, mais socializada. Agiganta-se e diversifica-se, passando a abarcar uma gama imensa de unidades, segmentos e ramos produtivos. Daí a expansão da agricultura, que se industrializa; da indústria, que se moderniza; do terciário, que cresce sem precedência, notadamente no comércio, transporte e nos serviços em geral e mais recentemente no turismo, na comunicação, sobretudo de massa, na publicidade e marketing.

Viabiliza essa expansão o aumento da produtividade proporcionado pela dinâmica das forças produtivas. Quanto ao terciário, deve-se notar que também ele se industrializa. Primeiramente, por intermédio da adoção de veículos e máquinas elétricas. Depois, através da microeletrônica, ocasião em que o computador desemprega uma massa considerável de pessoas. Haja vista os bancos, os escritórios, etc. Nesse meio tempo, contudo, larga margem dos serviços passa a se realizar em moldes empresariais. O trabalho que neles se efetua entra para o rol do trabalho social, esse organismo sem o qual o capital não se valoriza e mais e mais o trabalho concreto não se efetiva (Braverman, 1977; Giannotti, 1983). Ocorre aí a socialização dos serviços, ao mesmo tempo que se convertem num campo lucrativo de investimento de capital. Não há incongruência nisso. Acumulação e serviços não são incompatíveis. Incompatível, melhor dizendo, irreconciliável é a relação capital e trabalho. Embora haja quem queira conciliá-la, ela é irreconciliável. Não sucede o mesmo com os serviços.

A associação entre a sua expansão e o advento da sociedade pós-industrial é improcedente (Lojkine, 1990; Bell, s/d.). Igualmente improcedente é o argumento de que os serviços consistem em formas superiores ou libertárias de trabalho. Antes pelo contrário: eles se submetem, em escala crescente, aos ditames do capital e não raramente a uma superexploração. Tomem-se como exemplo os serviços menos valorizados socialmente que, no geral, funcionam como autênticos refúgios de desempregados, os quais engrossam as fileiras do exército de reserva, em franca expansão, por obra da revolução tecnológica em andamento, mas também, e principalmente, por obra da crise econômica.

Assim é que, enquanto o trabalho diminui na indústria, pelo menos na fábrica tradicional, ele cresce nos serviços, proliferando sobretudo nas esferas destes que exigem pequeno montante de capital e que gozam de pouco prestígio social, onde vegeta uma mão-de-obra de baixa remuneração. Acrescem-se a esta mão-de-obra os informais, os precários e, dentre estes, os de tempo parcial, etc; enfim, o contingente de subempregados, não é nada pequeno: estima-se que, somado aos desempregados, ele está hoje em torno de 900 milhões de pessoas, no mundo ocidental.

O desemprego não é mais um privilégio dos países pobres. Tornou-se um problema geral. Na Alemanha, ele chega perto de 10%; na Itália, 11%; na França, 12%; na Bélgica, 14%; e na Espanha, 25%. Atinge de modo mais duro a juventude. Nos Estados Unidos, os menores de 25 anos de idade amargam um desemprego de 12%; na Inglaterra, 17%; na França, 25%; na Itália, 30%; e na Espanha, 35%. Nos países mais avançados, o trabalho em tempo parcial abarca mais de 20% da força de trabalho; na Noruega, 27%; e na Holanda, 35% (Pastore, 1995).

O mercado de trabalho adquiriu certa volatilidade. Com o aumento da competição entre os trabalhadores, decorrente do excesso de gente, causado principalmente pelo incremento do desemprego e do subemprego, os patrões impõem-lhes regimes de trabalho dotados de jornadas de trabalho variadas, muitas das quais desregulamentadas. Desde aí, as empresas têm optado por substituir o trabalho regular pelo não regular. Essa opção faz com que aumente o número dos precários, ou melhor, dos temporários, em

tempo parcial, clandestinos e, também, dos subcontratados. Além de onerá-las menos (por causa da desobrigação dos encargos, por exemplo), podem demiti-los mais facilmente e sem maiores custos.

Tomemos como exemplo a Inglaterra, onde os não regulares aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os regulares caíram em 6%, ficando em torno de 15,6 milhões. Mais ou menos nesse mesmo período, perto de 1/3 dos 10 milhões de empregos criados nos EUA. estavam na categoria temporário (Harvey, 1994).

Quanto a isto, a França não apresenta nada de excepcional. Na R.F. A., cerca de metade dos contratos de trabalho é de tempo parcial ou a título precário; 1/3 dos trabalhadores em atividade têm empregos temporários ou em tempo parcial, com um salário parcial ou menor do que teria em outras circunstâncias. O trabalho em tempo parcial também vem sendo adotado como medida para reduzir o desemprego, é claro que em detrimento do trabalho em tempo integral. É o que acontece na França, na R.F.A., nos E.U.A. e na Inglaterra. Nestes dois últimos países, os desempregados, os precários e os em tempo parcial representam mais de 45% da população economicamente ativa. Na Inglaterra, 50% das mulheres e 25% dos homens, ou melhor, 36% da mão-de-obra ocupada, trabalham fora das normas instituídas, isto é, de modo não regulamentado. Do total de empregos criados neste país, nos últimos anos, 90% são precários e em tempo parcial. Nos E.U.A., em cerca de 60% dos empregos gerados nos anos oitenta pagavam-se baixos salários e os seus receptores viviam no geral abaixo do que se chama de linha da pobreza. A renda típica da família norte-americana, em que o homem tem menos de 25 anos, é, hoje, inferior a 43% do que era em 1973 (Gorz, 1995). O emprego estável, de tempo pleno, tornou-se um privilégio, do qual estão excluídos de 35% a 50% da população economicamente ativa britânica, francesa, alemã e norte-americana.

Convém lembrar que, ao lado disso, crescem os pequenos negócios, o trabalho doméstico, domiciliar, o informal, etc, nem sempre autônomos, conforme normalmente se pensa. Não poucas dessas formas de trabalho, hoje proliferando no mundo capitalista, operam como reservatórios de mão-de-obra, nos quais

os seus excedentes se refugiam. Tais condições acentuam a vulnerabilidade dos que não possuem o privilégio de ter um emprego regular e discriminam, no mercado de trabalho, mulheres, velhos, jovens, negros e minorias étnicas, que se juntam aos brancos e adultos do sexo masculino subempregados ou desempregados. É a face perversa da modernidade, a qual se traduz para os trabalhadores em não emprego ou, quando não, em precariedade, má remuneração, falta de direitos, pobreza, miséria, para não falar da exploração brutal a que se submete larga parcela dos que trabalham.

Essas pessoas são assim impelidas às fileiras do exército de reserva. Ao demandarem emprego no mercado, elas tendem a acirrar a concorrência entre os trabalhadores. Isso repercute negativamente nas suas organizações. Os sindicatos operários, por exemplo, perdem filiados, assim como a capacidade de luta. Ainda mais; muito freqüentemente assistem, impotentes, à perda de conquistas dos trabalhadores. Raras vezes na história, eles, trabalhadores e sindicatos, viram-se tão acuados como agora. Pudera! Se não bastasse o desemprego, está em vigor uma política deliberada com vistas a aniquilá-los. Tal política, aliás, não visa somente à classe operária e os seus respectivos sindicatos, mas os assalariados em geral, os quais, quando conseguem manter o emprego, têm os seus salários arrojados. Concorrência e baixos salários caminham de par. As empresas contam ainda a seu favor com a nova tecnologia, poupadora de força de trabalho. Mas isso não é tudo. A política econômica dos governos é-lhes inteiramente vantajosa. Auxilia-as nas fusões ou incorporações. Ademais, alivia as suas taxas de impostos. Essa política, por um lado, beneficia os ricos, notadamente as grandes empresas e os seus detentores; por outro, penaliza os assalariados, em especial as suas partes mais débeis, que vêm crescer a pobreza em seu meio. Somem-se a estes os desempregados, muitos dos quais estão aquém da linha da pobreza, ou seja, na miséria.

Pensem-se nos 850.000 alemães desempregados. O coveiro do cemitério de East London, lugar mais pobre da capital inglesa, nem sempre joga terra sobre a cova, em dia de enterro de criança. Ele recobre o buraco com tábuas, telhas de alumínio e uma lona, à espera do próximo caixão. Cabem muitos, empilhados

em camadas de 4 ou 5, numa cova de 6 metros de comprimento por 1 de largura. É uma sepultura comunal, eufemismo para vala comum, localizada a 7 quilômetros de distância da City londrina, o mais importante centro financeiro da Europa.

Serão esses acontecimentos exclusivos da Inglaterra, país em crise social e ainda às voltas com o thatcherismo? Sabemos que não. Eles têm um caráter mais geral. O número de pessoas que procuram ajuda oficial para moradia, na Alemanha, aumentou em 10%. Em Paris, a brigada encarregada de recolher mendigos, os tradicionais *clochards*, continua tirando-os das ruas e descarregando-os no subúrbio de Nanterre, onde cresce a celebridade de Xavier Emmanuelli. Ele deixou de medicar em guerras civis e prisões de máxima segurança para se dedicar ao front social. A brigada anda capturando um novo tipo de cliente: homens em torno dos 30, dormindo em caixas de papelão. Eles são a principal ocupação de um velhinho de 84 anos, o abade Pierre, que recentemente invadiu, com um grupo de desabrigados, um edifício de Saint-Germain, no centro de Paris.

Quem diria! Três dos países mais ricos do mundo e carros-chefe do processo de unificação européia estão enfrentando problemas que, até pouco tempo atrás, pareciam ser a marca registrada do "terceiro mundo": a pobreza. Ser pobre na Europa ou mesmo nos E.U.A. é muito diferente de ser pobre no Brasil, sem falar de países miseráveis como a Somália ou Bangladesh. Mas, para o "primeiro mundo", o número crescente de pessoas que vivem em condições abaixo dos padrões considerados mínimos já começa a assustar: 15% dos habitantes da Europa e dos E.U.A (Veja, 1995).

À luz do exposto até aqui, não se justifica, portanto, a tese de que tudo se fragmentou, nem tampouco a de uma nova sociedade, baseada nos serviços, a que chamam de pós-industrial. O que se tem, pela primeira vez na história, é uma industrialização generalizada. Esta que, no passado recente, invadiu a agricultura, o comércio, os bancos, os escritórios, o turismo, o lazer, o lar, etc, ganha novo alento com a automação microeletrônica, revolucionado-a e, ao fazê-lo, simplificando ainda mais o trabalho. Ratifica-se e amplia-se, desta forma, a generalização de ambos. No que concerne à indústria, acreditamos tê-la demonstrado alhures. Quanto ao

trabalho, voltamos a afirmar que a melhor prova disso é a sua decantada polivalência. E que não venham nos dizer que o manuseio do computador requer um saber especializado do trabalhador. Pois esse tipo de saber pode ser adquirido rapidamente, por meio de um simples treinamento ou de um mera reciclagem. O emprego do computador na produção eleva a produtividade e comprime os custos, entre os quais se inclui o da força de trabalho. O menor custo desta representa para o capital um menor tempo de trabalho necessário. Ora, a qualificação do trabalho tem a ver com esse tempo, que não é outra coisa além do tempo exigido para a formação profissional do trabalhador. E isso é diminuído e não aumentado. Aumentá-lo significa não só encarecê-la como por entraves à acumulação. Diminuí-la, ao inverso disso, significa a possibilidade de extração, pelo capital em geral, de uma massa maior de mais valia relativa. Não se infere daí a exclusão da mais valia absoluta. Esta persiste em muitas formas de trabalho, mesmo entre as executadas em moldes industriais. Além do mais, o capital aumenta o seu domínio sobre o trabalho. Ao passo que a suposta requalificação do trabalho enfraqueceria o seu poder diante deste. A realidade, porém, é outra. O capital vem reduzindo o trabalho a um mínimo. E só pode fazê-lo porque o desqualifica, tornando-o cada vez mais supérfluo.

Vê-se quão ilógico é supor o retorno do artesão, cuja volta resultaria dessa suposta requalificação do trabalho. Nada mais equivocado e mecanicista que tal concepção. O trabalho teria, segundo ela, suplantado o capital, graças exclusivamente ao progresso tecnológico. Daí porque, ainda segundo ela, estaríamos sob uma nova ordem social, a pós-industrial. Cremos já ter demonstrado o equívoco dessa concepção. Conquanto F.H. Cardoso não precisar esse ponto, não é nenhum absurdo supor, como estamos supondo, que o trabalho do "novo artesão" por ele concebido não se inscreve no circuito do capital, razão por que é improdutivo. A nossa suposição, vale explicitar, deriva da sua afirmação segundo a qual tudo se fragmentou. Não é que não haja trabalho que se realize fora desse circuito. Há, sim, voltamos a dizer. Todavia, conforme vimos, não é essa a tendência predominante. Ademais, ele tende a ser absorvido pelo capital. Fato que não impede a recriação de outras formas de trabalho exteriores a ele,

capital. O movimento que perfaz continuamente, no intento de repor seus pressupostos, é de inclusão e exclusão, quer dizer, contraditório e não linear. Mesmo onde as condições materiais não permitem tal inclusão, o trabalhador tende a subsumir-se naquele movimento, por analogia ou idealmente. Tende, com efeito, a constituir-se em trabalhador da sociedade, que nela e para ela trabalha.

Nota-se que nem tudo se fragmentou. A bem da verdade, uma das poucas coisas que, com certeza, se fragmentaram, é o capital. Mas como contrapartida da sua centralização. E, ainda assim, sob o acicate da lei do valor e da concorrência. Obviamente, essas evoluções opostas repercutem na estrutura social, sobre a qual pesam, ademais, os efeitos da divisão do trabalho, do progresso técnico e da crise econômica. Os seus extremos voltam a se acentuar. Num deles, tem-se uma minoria seleta, que controla a vida social, controle esse cada vez mais exercido em escala planetária. Noutro, tem-se uma massa de pequeno e médio empresários empobrecidos. Isso, sem mencionar os desempregados e pobres ou miseráveis que abundam o mundo nesse final de século. O capital não traz somente riqueza. Também traz pobreza. Ambas resultam da sua dinâmica. São os seus contrários, ou, em outras palavras, os seus resultados opostos.

Deste ângulo, portanto, não procede a perda da unidade social. A divisão do trabalho supõe a socialização e não o inverso. O progresso técnico, por sua vez, supõe o desenvolvimeno das forças produtivas, as quais também são sociais. Assim, tampouco a potenciação do trabalho social pelo progresso técnico o destrói. Até porque, se o destruísse de fato, não haveria crise, que, repetimos, é crise de acumulação. No momento bloqueada, é certo. Mas pela compressão da taxa de lucro e não pela diminuição do trabalho vivo. Muito embora este seja pré-condição da geração de valor, imprescindível à acumulação, não é sua fonte. Visto que o trabalho que o produz é o trabalho social, abstrato, o qual não compreende todo o trabalho vivo. É, pois, aquele e não este trabalho que é determinante do valor. É sua substância e medida. E tal trabalho, conforme sabemos, não acabou. Nem mesmo está em crise, não obstante sofra os efeitos da crise por que passa a

sociedade. Esses efeitos acentuam o seu processo de esterilização/potencialização, isto é, de perda e aquisição de capacidade de gerar valor.

Também a sua diversificação não o destrói. Pelo contrário, corrobora-o. Pensemos no trabalho externo, extremamente variado, mas no geral conectado ao trabalho social. Os serviços pouco diferem disso. A agricultura, com suas formas distintas de trabalho, há muito insere-se na produção social. Sequer o trabalho do técnico e do engenheiro industriais escapa dessa determinação social. Ele é tão social e, por isto mesmo, tão produtivo, quanto o do operador de uma máquina-ferramenta de comando numérico ou convencional. A aplicação tecnológica da ciência não o elimina. Lembramos, a propósito, que esse trabalho é uma criação da indústria moderna que, igualmente, não acabou.

Em que pese as modificações por que está passando, derivadas da inovação tecnológica, que conduzem a sociedade capitalista a sua segunda revolução industrial, elas não o destroem, nem o processo por meio do qual ele se realiza continuamente. Pois sem este processo, as pessoas não teriam como suprir as necessidades imprescindíveis à sua existência. E sem aquela primeira forma de trabalho, não há valor e, por tabela, capital. E valor há, assim como há capital. Tanto há, que os homens produzem os seus meios de vida sob as ordens deste senhor. Do que se depreende que o trabalho é, ainda, ao mesmo tempo geral e particular. Motivo pelo qual não se pode endossar a idéia de abolição da sua universalidade. Mesmo porque, se isso tivesse acontecido realmente, a troca seria inviabilizada e estaríamos, inevitavelmente, diante de uma nova sociabilidade, não mais definida pela troca, por meio da forma valor. Fato que não se verifica. O que há é uma leitura incorreta da realidade social, do que redundava uma confusão entre trabalho concreto e trabalho abstrato, com a redução deste naquele. Ao nosso ver, é esta razão pela qual se nega a generalidade do trabalho. Quando, na verdade, ela não é destruída nem pela nova tecnologia (conforme querem uns) nem pela sua heterogeneidade (conforme querem outros) ou por outra coisa qualquer. A nova tecnologia, ao conferir ao trabalhador uma maior versatilidade, ratifica o caráter social do trabalho, em

vez de suprimi-lo. O preparo da mão-de-obra não vai além da escolaridade básica que dela se requer e do simples treinamento ou de uma mera reciclagem. De modo algum, ele readquire um virtuosismo similar ao do artesão. Nem pode. Admitir isso é admitir que o capital volte a ser refém do trabalho, quando acontece exatamente o contrário: ele prescinde ainda mais deste, que nunca lhe fora tão supérfluo como o é agora. Claro é que isto é devido às condições objetivas que criou à sua imagem e semelhança. A inovação tecnológica, sabemos muito bem, eleva a produtividade do trabalho. Maior produtividade significa produzir mais em menos tempo; significa, pois, a redução do tempo de trabalho necessário, em favor, sem dúvida, do tempo de trabalho excedente. Com isso, o capital não está senão reafirmando o seu domínio sobre o trabalho. Mas sob um patamar tecnológico superior, que lhe dá um caráter absoluto sem precedente. No que é auxiliado pela crise, que desemprega pessoas, e peio arrocho imposto pela política econômica em moda, da qual, observamos, F.H. Cardoso é, hoje, agente.

A elevação da produtividade e a diversificação das linhas produtivas e dos produtos gerados dão maior competitividade às empresas, num mercado crescentemente internacionalizado, porém em retração, por causa da crise. Contudo, nem esta nem o mercado oligopólico solapam a concorrência. A crise, aliás, tende a acirrá-la. Os oligopólios prejudicam-na, assim como a nivelção da taxa de lucro, dando margem à formação de várias taxas. Mas não as elimina. Pois é em torno delas que as grandes corporações econômicas travam as suas batalhas. E, ao que parece, a inovação tecnológica ainda é uma das armas prediletas dessas empresas (ou conglomerados delas), nas lutas que levam a cabo no mercado. O controle oligopólico deste e da inovação tecnológica não destrói o trabalho social, nem o valor e muito menos o capitalismo. A concorrência perfeita não é um requisito essencial de nenhum deles. Ou, em outros termos, embora lhes causem perturbação, as práticas oligopólicas não lhes são impeditivas. São, isto sim, mecanismos com os quais conseguem conviver (Possas, 1989; Ernst, 1992; Hymer, 1983; Mandeí, 1990).

Também deste ângulo não se justifica a idéia de morte do trabalho social, do valor, e tudo o mais, não explicitada por F.H. Cardoso, mas presente em autores contemporâneos como (Gorz, 1982; Offe, 1989; Habermas, 1985 e 1987; Giannotti, 1990; e Fausto, 1989). A não ser de um ponto de vista apologético. ela não se sustenta. Não se sustenta, com efeito, a idéia de F.H. Cardoso segundo a qual tudo se fragmentou. Nem o trabalho nem a sociedade na e para a qual ele se realiza se atomizaram. O trabalho não perdeu a sua generalidade. A despeito de se efetivar diversamente e de a indústria moderna estar sofrendo alterações (automatizando-se, flexibilizando-se e enxugando a sua produção), tal generalidade prossegue posta por ela, bem como prossegue pressuposto da sua expansão. Logo, ele, trabalho, ainda é uma unidade que sumariza a diversidade: é uma unidade do diverso.

Acontece o mesmo com a sociedade que, a não ser em nível fenomênico, não é de massa, mas capitalista. Como bem sabia e ensinava F.H. Cardoso nos seus áureos tempos de academia, o termo sociedade de massas designa a produção e o consumo em massa e um estilo de vida que disso deriva, a que se dá aquele nome ou o de cultura de massa (Cardoso, 1964). Nada diz, entretanto, sobre as relações sociais, sem as quais não se entende a vida social e menos ainda as particularidades por ela assumidas. A sociedade não é senão o conjunto destas relações, as quais são capitalistas. O que quer dizer que ela, sociedade, é, em essência, capitalista e não de massa.

Não é que essa sociedade não tenha mudado. Ela não só mudou como está em franca e rápida mutação. Todavia, não é isto que queremos destacar aqui. E sim que tal mudança não a conduziu a autosuperação. Muito ao contrário disto. Ela permanece capitalista. Por mais que a mutação por que passa desenvolva e açule as suas contradições internas, tais contradições não a levaram à derrocada. Aliás, ela não apenas persiste capitalista, senão que constitui uma totalidade, diversa e contraditória, é verdade, assim como é regida pela lei do valor e apresenta tendências a centralização, fragmentação, elevação da composição do capital, queda da taxa de lucro, às quais nos permitimos acrescentar a dos excluídos socialmente, cujo número cresce de modo assustador. Se permanece capitalista, é porque permanece a relação básica que a

constitui: trabalho assalariado e capital; relação esta, para dizer o óbvio, de classe, a que correspondem formas determinadas de apropriação social, a saber: o salário, o lucro ou juro e a renda do solo. Essas formas são as manifestações econômicas das ditas relações, por meio das quais se dá a distribuição e a conseqüente apropriação privada do produto social gerado. O salário refere-se ao trabalho pago, ao passo que o lucro ou juro e a renda da terra referem-se ao trabalho não-pago, isto é, à mais valia, da qual são manifestações concretas. Enquanto aquele é apropriado pelo assalariado, estes são apropriados pelo capitalista e pelo proprietário fundiário, respectivamente. Isso equivale a dizer que essas relações se mantêm na sociedade capitalista atual como relações de exploração e de dominação de classes, malgrado sua modernidade.

Pelo visto, automação e trabalho manual não combinam. São antitéticos. Partem de pontos diametralmente opostos: a primeira, do automatismo; o segundo, do homem. Enquanto aquela se apóia num mecanismo automático, este último apóia-se num instrumento de trabalho de uso pessoal, a ferramenta. Com a ajuda desta, o artífice atua sobre o objeto, transformando-o - ai sim é licito concebê-lo - em artesanão. No outro caso, o da fábrica automatizada, ao inverso, a atividade pertence à máquina autoregulável. O operário a serve através de um microprocessador. Ali, os movimentos partem dele. Aqui, tirante os comandos que dá para que os programas previamente elaborados e contidos no computador sejam operacionalizados, sujeita-se ao movimento do automatismo. Permanece um órgão de uma coisa que se move fora dele, de um sistema automático. Agora, porém, aperfeiçoado pela aplicação da microeletrônica, onde a mão humana e as funções cerebrais requisitadas pela vigilância da máquina são substituídas pelo automatismo. Automação é vigilância desta por ela mesma; é, em suma, a sua autoregulação.

Não que o trabalho humano tenha sido eliminado. A sua superfluidade é uma tendência, que exprime a sua sujeição ao mecanismo automático, e não a sua extinção imediata. Só parcialmente ele é abolido. A diminuição que experimenta é apenas relativa. Tanto é assim que o operário, por exemplo, exerce funções

diferentes das que exercia no período precedente, em que se limitava a alimentar e vigiar a máquina; funções estas que exigiam dele uma certa percepção visual e auditiva. O que já não mais acontece. Tal percepção é substituída pela leitura e interpretação de códigos apresentados em visores. Ocupa-se cada vez mais com a manipulação simbólica. Isso porque, entre ele e a máquina interpõe-se, agora, o computador, dotado de uma linguagem própria, a informática, através da qual dialoga não apenas com os encarregados da vigilância, do controle e da prevenção de avarias. Senão também com os responsáveis pela manutenção, os programadores, os controladores de qualidade, os técnicos da divisão de pesquisa, os engenheiros de produção, etc. Quase todo trabalho é reduzido ao tratamento de programas e informações. O mais relevante nisso é, ao nosso ver, a simplificação do trabalho, que, por causa disto, se univesaliza mais, de maneira a perder a especialidades que lhe restam.

Há, contudo, uma redefinição das funções. Enquanto algumas são suprimidas, outras são criadas. Integram as primeiras: mecânicos, torneiros, fresadores e pessoas dedicadas à regulação e à alimentação das máquinas. As segundas são compostas por programadores, operadores dos autômatos técnicos em eletrônica e regulação, eletricitistas, enfim, todas as funções de manutenção, cujo número cresce em detrimento das de alimentação daquelas primeiras mencionadas (Coriat, 1983). A essas funções, acrescem-se as de controladores de qualidade, desenhistas, projetistas, engenheiros de produção, etc.

Tais funções são hierarquizadas. A elas correspondem postos e salários diferenciados. Se por um lado, elas aproximam mais as pessoas, por outro, se não as distancia, pelo menos as separa nitidamente. As novas convergências entre concepção e execução -na manutenção ou na produção - não superaram a divisão fabril de tarefas e a hierarquia a ela atinente (Hirata, 1983; Falabella, 1988). Certo é que, conhecedor que é das várias técnicas usadas nas células produtivas, o operário possui maior versatilidade. Todavia, os especialistas não desapareceram. Nem mesmo na indústria de processo contínuo, cuja produção repousa num conjunto integrado de autômatos. Nesta indústria, o trabalho

operário é relegado ao controle dos autômatos e à manutenção O que requer dele atenção e vigilância, associados à rapidez de intervenção, no caso de panes, defeitos ou outros distúrbios do fluxo de produção (Coriat, 1983).

Nisto, essa indústria não (ou pouco) difere da de processo descontínuo. Também para ela a interrupção da produção é nociva. A estreita ligação entre as diversas operações e o elevado custo das instalações, impõe que o processo produtivo se desenrole sem paralisações. Para tanto, além de conhecimentos mais amplos acerca da produção e de aptidões tais como as acima citadas, o operário deve ter uma relativa liberdade de atuação, sem a qual não poderá acionar as distintas e interdependentes máquinas, algumas das quais opera simultaneamente, nem sequer evitar ou reparar os problemas que possam ocorrer na produção (Coriat, 1983). Aludimos a uma liberdade relativa, porquanto o operário se submete à lógica do trabalhador coletivo, do qual o seu trabalho é uma partícula e que, segundo sabemos, encontra-se sob o mando do capital (Boccaro, 1976; Braverman, 1977; Marx 1978)

Com efeito, não há supressão das diferentes funções e das especializações ou profissões a elas associadas. Se bem que diminuídas e redefinidas, ambas sobrevivem. A nova automação não as liquida. Pelo menos de imediato. Apesar de prenunciar-lhes o fim, ao simplificar ainda mais o trabalho e acentuar, assim, a sua universalidade, indispensável ao desenvolvimento integral do seu executor não aboliu inteiramente o "idiotismo da profissão" - para usar a linguagem de Marx (1974). Casos há em que tarefas como a de alimentação ou mesmo a de operação das máquinas continuam manuais (Coriat, 1985). Contudo, o grosso do trabalho manual concentra-se na manutenção, mormente nas suas lidas mais sujas e perigosas. Isto acontece inclusive na indústria de processo contínuo, onde a presença humana é mínima (Coriat, 1985 e s/d.; Lojkin, 1990).

Salvo equívoco de nossa parte, ao capital não interessa tal abolição. Em que pese a tendência à uniformização do trabalho, a concepção persiste centralizada. O seu monopólio ainda é, ao que parece, uma técnica de controle operário eficaz, de que não pretende abrir mão.

Conforme se nota, o trabalho fabril atual nada tem de artesanal. Atribuir-lhe tal caráter, é, no mínimo, deformar os fatos. E não nos digam que o artesão ressurgirá sob um novo patamar tecnológico, pois eles são incompatíveis. A automação microeletrônica tende, como temos visto, a universalizar o trabalho e não a especializá-lo. A especialização pertence ao passado, a universalização ao presente e, por certo, ao futuro. Querer voltar ao artesanato é querer retroagir a roda da história, o que significa perpetuar o "idiotismo da profissão". A máquina ferramenta da revolução industrial do século XVIII decretou a sua morte. Ao mesmo tempo, porém, possibilitou, senão o advento, pelo menos a permanência do operário especializado. A não ser na indústria de fluxo contínuo, o posterior avanço tecnológico não alterou muito essa situação. O taylorismo, enquanto técnica gerencial, com seu controle de tempo e movimento, mas sobretudo com a cisão que promove entre concepção e execução, sobredetermina essa especialização, conduzindo o operário à especialização dentro da especialização ou seja, à fragmentação do seu trabalho, o qual, na expressão de Friedman, reduziu-se a migalhas (Friedman, 1993; Braverman, 1977).

É esse operário que está fadado a desaparecer em nossos dias. No seu lugar aparece o operário universal, que vem sendo cunhado, com propriedade, diga-se, de polivalente. Com propriedade, porque o nome exprime a universalidade do trabalho, a qual tem por pressuposto uma maior simplicidade sua. E a responsável por isso é a automação. É esta que subverte o processo de trabalho, de forma a reverter a tendência à especialização e à fragmentação do trabalho.

Só assim o seu tempo pode ser reduzido. E este é um dos intentos do capital. Tal redução é primordial a sua valorização. Se esta encontra obstáculos, eles não decorrem de uma crise do trabalho indiferenciado ou geral. Decorrem, isto sim, da sobreacumulação, que comprime a taxa de lucro. O que não é senão uma maneira de evidenciar a vigência da lei do valor. Ora, tal vigência depende da do trabalho geral, social. O valor é objetivação desse trabalho, esse **universal** de que os muitos trabalhos concretos são formas particulares de existência e sem o qual não vigiriam o valor e a sua lei. Pelo menos é o que mostra a

experiência. Segundo esta, a heterogeneidade empírica do trabalho não suprime a sua **universalidade**. Caso a suprimisse, não teríamos como equiparar os diferentes produtos do trabalho. A troca não seria, então, viabilizada. No entanto, a troca é viabilizada. E como! Isso porque as múltiplas formas concretas de trabalho são reduzidas a algo puramente social: o trabalho abstrato. Essa redução consiste na abstração da sua efetiva desigualdade. Numa sociedade igual a nossa, em que o trabalho é medido pelo tempo, tal fato é inevitável. E o trabalho que se mede desse jeito não aparece como produto de diferentes sujeitos. Em vez disso, as pessoas que trabalham aparecem como órgãos do trabalho social. Trabalho esse em que qualquer indivíduo médio pode ingressar e realizá-lo sob uma de suas múltiplas formas concretas, desde que se insira na divisão (social) do trabalho. Prova-o a sua atual mobilidade, mediante a qual se pode passar facilmente de uma modalidade a outra de trabalho e da qual a polivalência é uma de suas manifestações empíricas.

O trabalho permanece como substância do valor e o seu tempo a medida deste. Há muito deixou de ser particularidade do seu executor, tal como sucedia no antigo artesanato, por exemplo. Afinal, no capitalismo, o trabalho não existe para o homem. Mas sim este para o trabalho, que se realiza sob o mando do capital, esse velho avarento a quem importa o tempo social, que insiste em reduzir sempre, a fim de valorizar-se. Para ele, o tempo é tudo, o homem é nada. É a cristalização do tempo (Rosdolsky, 1979). O nosso Presidente sabe disso muito bem. Tanto sabe, que escreveu sobre o assunto. O problema dele não é esse. É de outra ordem. Tem a ver com os compromissos sociais que estabeleceu. Tais compromissos deformam a sua consciência.

Vimos que o valor é produto do trabalho social. Vimos, ainda, que ele não pode vigir sem este. O qual, por sua vez, se particulariza em trabalho concreto. Encerra, desse modo, um duplo aspecto, geral e particular. Não foi desta feita que o trabalho perdeu a sua generalidade. Ainda a conserva. Apesar de se efetivar diversamente e de a indústria estar sofrendo alterações, tal generalidade prossegue posta por esta. A automação a confirma e a amplia. O que, a bem da verdade, é um progresso. Logo, o trabalho ainda é uma

unidade que compreende a diversidade. Ou, em outras palavras, é um **universal** que se faz concreto (Giannotti, 1975; Cardoso, 1972).

Este é um outro motivo pelo qual não se pode endossar a idéia de que tudo se fragmentou. Tal idéia nega a **universalidade do trabalho**. Se esta universalidade tivesse realmente desaparecido, a troca como se sabe, ficaria inviabilizada e nós estaríamos frente a uma forma de sociabilidade que não a capitalista. O que não ocorre. Já demonstramos isso noutra parte. Se a sociabilidade persiste capitalista é porque a sociedade na qual ela vige não se autosuperou nem se decompôs. Bem ao inverso disto. Constitui uma **totalidade**, porém que, igualmente ao trabalho (seu fundamento), **compreende a diversidade**. Significa isso que também ela é uma **unidade do diverso**. É, por assim dizer, uma **síntese de muitas determinações**. Síntese que é feita continuamente pelo **capital**, esse sujeito automático que põe os seus resultados como seus pressupostos (Giannotti, 1966 e 1975. Marx, 1974). Daí a necessidade de saber quais são esses pressupostos e as determinações que os inclui.

A nós interessa realçar, ainda mais, os temas relativos ao trabalho. Mais precisamente, que este não findou. Até porque, segundo vimos, sem ele não há valor de uso, cuja geração é universal e, por isso mesmo, sempre existiu e, muito provavelmente, sempre existirá. Por mais diminuto que seja o trabalho vivo, deverá haver sempre um mínimo dele, sem o que a produção dos meios de subsistência ficará comprometida. Afinal, não é o trabalho concreto que produz valor de uso? No capitalismo, todavia, o trabalho não produz somente valor de uso. Mas também, e principalmente, valor, que se exprime sob a forma de valor de troca.

Além do mais, o trabalho concreto não tem autonomia. É forma de manifestação do trabalho abstrato. Não só. É alíquota deste. Um simples órgão de tal organismo social. Obviamente, não existe sem ele. Por isso, não poderá desaparecer antes que o trabalho abstrato tenha desaparecido. De seu lado, essa forma de trabalho só desaparecerá na produção imediatamente social. Com ela, desaparecerão o valor, a troca, a sociabilidade indireta e todo o fetichismo deles resultantes e mistificadores das relações sociais.

Se é correta a idéia de que a ciência é necessária por não haver correspondência entre aparência e essência, provavelmente ela será, então, supérflua. Enquanto a produção perdurar mercantil, isso não sucederá. O trabalho não poderá ser posto desde o início como trabalho social. Será, obrigatoriamente, mediado pela troca. Neste caso, somente através desta correlata da divisão do trabalho é que poderá ser posto como trabalho social (Rosdolsky, 1979). Fato que não aconteceu sequer no chamado socialismo real, até há pouco existente e cuja economia era planejada (Bettelheim, 1972; Güevara, et alii, 1982). O que dizer no capitalismo, com sua produção essencialmente mercantil.

Temos conhecimento de que há uma tendência à universalização do trabalho. A ela imbrica-se o caráter cooperativo (social) desse mesmo trabalho. Dado que a agricultura e grande parte dos serviços são organizados em moldes similares ao industrial, não é nenhum absurdo entender o trabalho assalariado que neles se realiza como assemelhado ao operário. Este, que aparecera antes na indústria, e só mais tarde chegara ao campo, estaria agora marcando presença nos serviços. Se bem que tão somente em algumas formas de serviços e bem modificado pela crescente perda do ser caráter manual. Mas não é só do trabalho operário que vive o trabalho social, coletivo. Além daquele, este trabalho inclui outros trabalhos concretos, desde que inseridos na produção social. Ele inclui, por exemplo, os trabalhos (assalariados, é bom deixar claro) de técnicos, engenheiros, gerentes, médicos, advogados, professores, cantores, atores, porteiros, camareiros, faxineiros, serventes...; enfim, uma ampla gama de trabalho normalmente subsumido no capital, ao qual rende um excedente. Para que isso se dê, não é preciso operar manualmente, nem mesmo gerar coisas materiais. Basta ser membro do trabalho coletivo, uma simples partícula sua (Marx, 1983 e 1978). É isto que os une. As várias modalidades de trabalho que executam não são mais que formas de manifestação dessa unidade, que é o trabalho social ou abstrato. Não fosse assim, ele não seria um universal-concreto. O pertencimento a esta coletividade, além de uni-los, os potencializa e identifica.

Mas esse pertencer não é algo fixo, senão mutável. Posto que é esse trabalho social que gera valor, a

contínua mutabilidade das formas concretas de trabalho as potencializa e esteriliza seguidamente. Ao mesmo tempo que esteriliza certos trabalhos concretos, tornando-os improdutivos, o capital, em seu constante movimento de reposição, incorpora outros trabalhos, igualmente concretos, que anteriormente não atuavam sob a sua égide e que, portanto, não eram produtivos. Ele incorpora, mas também exclui, num autêntico movimento de **síntese** - por meio do qual cria e recria permanentemente as condições de sua existência - os membros do trabalho social: os primeiros, sabemos, são produtivos; os segundos, improdutivos. Convém não esquecer que o trabalho que, em determinada circunstância, gera valor, não tem valor. Tem valor o seu pressuposto, a força de trabalho que, por sua vez, deve passar pelo mercado, para assumir a forma mercantil e assim poder encarnar essa abstração social que é o valor.

Percebe-se quão distante se está do suposto mundo fragmentado O valor é, já o dissemos, uma abstração. Enquanto tal, é uma unidade. Se bem que do diverso. Todavia, prender-se somente à diversidade, como fazem muitos, dentre os quais, o nosso Presidente, é não apenas perder de vista o essencial para a compreensão da vida social, como também mutilá-la. É, em suma, render homenagem à realidade imediata. Mas deixêmo-lo em paz nesse lugar comum que é a realidade imediata ou, se se preferir, cotidiana. Vamos ao mais importante.

É nesse processo que o trabalhador se define como membro de uma classe. Uma vez inserido nele, é levado a atuar como mero personificador da relação social que trava. Antes disto, contudo, é movido, no mercado, pela aparência da concorrência. Procura efetivar ali o valor da sua mercadoria, a força de trabalho. O que é, ainda que nem sempre o saiba, condição da sua cidadania, hoje negada a milhares. No intento desta efetivação, disputa o emprego com seus iguais. Essa disputa acentua o seu lado individualista. É a luta pela sobrevivência, que faz dele rival de seus colegas. Quando empregado, porém, ele se irmana em torno de um interesse comum contra o patrão, a saber: seu salário. Tão logo adentre a produção, percebe que a troca que efetuou no mercado não passa de uma simples aparência. Tanto ela quanto os seus pressupostos, a liberdade e a igualdade, são-lhe

negados agora. É compelido a trabalhar sob as ordens do outro, detentor dos meios de produção e com quem estabeleceu relações contratuais, que, de quebra, lhe extorque um sobretrabalho. Cai, dessa maneira, sob a tirania do trabalho morto, que o suga parasitariamente. Quanto a isto, malgrado o lugar distinto que ocupa no interior da unidade de trabalho, não há diferença entre ele e os outros trabalhadores, na medida em que todos cooperam e formam a máquina produtiva humana subordinada à valorização do capital. São elos desse maquinismo que formam o trabalho coletivo (Marx, 1978; Boccara, 1976; Lojkine, 1990 e 1996).

E isso não é exclusivo da fábrica. A socialização do trabalho ultrapassa-a em muito. É extensiva às múltiplas formas de trabalho. Sem exagero, invade toda a vida social, na e pela qual se realiza. A agricultura e os serviços que o digam. Socializar, no capitalismo, é produzir valor. Por isso, conquanto a troca, a cooperação e a divisão do trabalho sejam seus supostos, a sua base objetiva é a automação, que vem desde a primeira revolução industrial. Apesar de seu avanço preparar as condições materiais necessárias à sua superação, esta ainda não aconteceu. Só acontecerá quando a produção for diretamente social. Do que estamos bem distantes. Simplesmente porque ela persiste mercantil. E numa economia mercantil, o trabalho só pode ser posto como trabalho geral, social, mediante a troca (Rosdolsky, 1979). Enquanto isso não ocorrer, tal superação não passa de imaginação tecnocrática ou apocalíptica de vários matizes, quando não de mero romantismo.

Voltemos ao exame da situação de classe do nosso trabalhador. À medida que se aprimora a produção especificamente capitalista, mais indiferenciado se torna o trabalho. Não que o trabalho concreto se homogeneize. Falamos sobre isto ainda há pouco. Razão por que diremos agora apenas que se modifica a relação entre ele e o trabalho abstrato. Notem bem: não somente porque cresce o trabalho assalariado, pressuposto do aumento da troca. Senão também porque, sobretudo com este, incrementam-se a cooperação, a divisão social do trabalho e, por conseguinte, a socialização da produção. Ora, tal socialização não é mais que o enlaçamento por esse organismo social, que é o trabalho abstrato, de mais trabalhos concretos, os quais perdem a sua autonomia.

Claro é que por trás disso está o patamar tecnológico alcançado pelo capitalismo, por excelência simplificador do trabalho. Ser membro do trabalho social não é privilégio (se é que um dia foi) do operário fabril.

Dissemos operário fabril, porque a classe operária não é formada só por ele. Ela compreende, além dele, e não importa se ele é interno ou externo à fábrica, proletários dos transportes, das telecomunicações, dos armazéns, das minas, dos estaleiros, da construção civil, de alguns outros serviços mercantis que não os citados, cuja base técnica é assemelhada à industrial, e de parcela majoritária dos assalariados do campo. O fato de haver dentro do operariado quem trabalhe em empresas estatais não muda a sua situação de classe. O trabalho que nelas se realiza não é menos produtivo que o realizado em empresas privadas. Além do que, ambas empresas acumulam capital. Se a empresa estatal não consegue fazê-lo satisfatoriamente, certamente não é por causa do trabalho que nela se efetua. E sim do modo pelo qual ela se subsume no processo produtivo, que lhe impede uma apropriação devida da mais valia social. Certas irracionalidades, muito embora frequentes na administração pública, não lhes são peculiares. O que é peculiar à sociedade capitalista muitas vezes é atribuído àquela administração.

Não se conclui do que foi dito que todo trabalho assalariado produtivo é operário. Conquanto produtivo, nem sempre o assalariado prestador de serviço por meio de uma empresa privada é operário. É, sim, no mais das vezes, proletário. O mesmo sucede com o técnico, engenheiro, gerente, administrador contador e demais pessoas do escritório de empresas capitalistas, igualmente assalariados produtivos. Mas que, não obstante isto, também não são operários. Menos pelo saber e salário diferenciados que ostentam e recebem. E mais por serem prepostos do capital, uma espécie, por assim dizer, de seus funcionários especiais, que, malgrado produtivos, pela posição que desfrutam na hierarquia empresarial, participam, a serviço do capital, do mecanismo de exploração do trabalho alheio. Continuam, entretanto, assalariados e subsumidos ao capital, cuja racionalidade personificam. Revelam, por causa disso, certa

ambigüidade. Talvez por isto lhes seja cabível a expressão "aristocracia proletária".

Não devemos nos esquecer de que as relações sociais a que dão origem essas formas de trabalho são móveis e não fixas. Elas sofrem os efeitos da dinâmica das forças produtivas. À medida que estas progredem, elas tendem a mudar. Tal mudança reflete na composição social, isto é, de classes. Não é à toa que estas estão em permanente mutação. Refazem-se continuamente. Ao reporem o capital por meio do trabalho social, elas repõem a si mesmas. O movimento de reposição daquele senhor não é senão o movimento de reposição das classes. Movimento este que, curiosamente, tem atrás de si as referidas classes, de cuja prática depende e que, ao mesmo tempo que o reitera, reitera a si próprias, assim nele se refazendo. Sempre, contudo, modificados, processo e classes, e nunca tal e qual existiam antes. Mais: se só existem na luta, como supomos, esse seu fazer e refazer adquire um caráter político. Luta que travam essencialmente num nível mais fundo e amplo que o nível imediato e superficial, no qual o trabalho se configura na sua concretude e o operariado e o proletariado apresentam-se, em regra, atomizados. Todavia, não é neste nível imediato e superficial que as classes se definem e sim naquele nível mais geral e fundo. Da mesma maneira, é neste nível que se tecem as inclusões e as exclusões, bem como as esterilizações e potencializações, as quais, cumpre observar, tendem a ocorrer mais pronunciadamente em épocas de crise.

A explicação que se tem para isso é a de que é nesse nível que se dá a reposição social, que se resume basicamente na reiteração das classes. É nele, com efeito, que se dá a distribuição social, sempre precedida pela concorrência; distribuição que assume a forma de rendimentos, os quais são resultados e pressupostos da reposição social. Assim como é nele que o capital explora o trabalho, arrancando-lhe a mais valia. É nele, portanto, que acontece o embate entre as classes, que lutam entre si pela apropriação do valor social gerado.

No capitalismo, tudo gira em torno do valor, esse sujeito automático que, em seu movimento de autoreposição, repõe, entre outras coisas, as classes sociais. Isso, é bom explicitar, se dá naquele nível mais geral, há pouco referido e, pois, às costas dos

seus personificadores, trabalhadores e empresários, personagens da vida cotidiana. (Hirsch, 1990). Vê-se quão desprovida de sentido é a sua suposta fragmentação. Ainda que possam se apresentar empiricamente deste modo ou algo a ele assemelhado, ambos, classes sociais e indivíduos, são postos pelo capital. Tendem, em conseqüência, a ocupar posições sociais por ele indicadas, vindo a compor uma unidade, contraditória, é verdade, mas uma unidade, no caso das classes. Os indivíduos compõem camadas, as quais se superpõem umas às outras, de modo a constituir uma hierarquia social (Giannotti, 1977; Marx, 1983). É certo que há desdobramentos, mediante os quais as classes se particularizam concretamente. São, no entanto, as suas formas de aparição concretas, que nem sempre condizem com as daquele nível mais geral em que são repostas. Enquanto aqui impera a **unidade do diverso**, lá impera apenas a diferença. Em ambos, todavia, há identidade entre os personagens. Só que num deles a identidade é dada pelo trabalho abstrato, que os une em volta dele; ao passo que no outro, ela é dada pelo emprego, tipo de trabalho, salário, etc; em síntese, por estes e mais elementos que habitam a superfície social, em contraposição ao trabalho abstrato, submerso nas profundezas da vida social. Não que esses níveis sejam desconexos. Há mediações entre eles, as quais precisam ser desvendadas, sob pena de se comprometer a compreensão do social. É o que parece suceder com F.H. Cardoso e todos os que, como ele, por não levarem em conta isso, acabam atendo-se a esse nível epidérmico da realidade. Esquecem esses senhores de uma coisa elementar, a saber: que a realidade imediata não se esgota em si mesma.

A concorrência divide os trabalhadores. Os sindicatos que deviam fazer cessar a concorrência entre eles, para que pudessem aumentar a concorrência com os empresários capitalistas, encontram-se enfraquecidos. O desemprego têm diminuído os seus contingentes. Por outro lado, o remanejamento de fábricas de regiões mais antigas para novas regiões, não raro sem tradição industrial, mais a desconcentração geográfica das firmas, enfraqueceram o poder sindical. Os patrões tiram proveito disso. Impõem regimes e contratos de trabalho mais precários. Sob a ameaça de desemprego, os trabalhadores aceitam as novas condições de trabalho

que lhes são apresentadas: emprego não regular, sem regulamentação e, às vezes, sem vínculos empregatícios; condições que se fazem acompanhar, geralmente, da aceleração dos ritmos da produção, perda de conquistas em matéria de direitos trabalhistas e seguridade social. Tem sido assim desde pelo menos fins dos anos setenta e princípios dos oitenta, quando à crise se somou a política de austeridade. Assiste-se, a contar daí, a uma ofensiva do capital sobre o assalariado, da qual redundou, ademais, a redução dos salários reais.

Os salários são vistos, então, como um dos vilões da história. Atribuem-lhe a responsabilidade da alta da inflação, da baixa dos lucros e, sobretudo, do emperramento da acumulação. Os ganhos salariais obtidos pelos trabalhadores, na fase dourada do capitalismo pós-guerra, na qual vigiu a política de bem estar social, são vistos, agora, como seus atravancadores. O keynesianismo que norteou essa política também passa a ser questionado. A ideologia do mercado toma o seu lugar. De acordo com ela, a economia deve ser regulada pelo livre jogo do mercado. Motivo pelo qual o Estado tem que abdicar, o máximo possível, desta função. A austeridade não é só em relação ao salário. Mas também em relação ao Estado, que necessita ser enxugado e ter os seus gastos contidos, especialmente os sociais, tão responsáveis quanto aos salários pelos distúrbios econômicos mencionados. A regulação estatal cerceia a liberdade das pessoas e inibe a vitalidade da concorrência, primordial à prosperidade de todos. Desafiando o consenso da época, essa ideologia vê na desigualdade social o elemento decisivo para a reversão da situação crítica em que se encontra a sociedade ocidental. O incremento da massa de desempregados e a contenção dos gastos sociais são medidas necessárias à aceleração do aumento da referida desigualdade. Por penalizar menos os mais ricos, a reforma fiscal completará essas medidas (Brunhoff, 1991; Anderson, 1995).

Não é nosso propósito avaliar, aqui, os resultados imediatos dessa política. E sim o de mostrar que, por trás das reformas defendidas por ela, muitas vezes sob o pretexto de que é mister modernizar o país, conforme sucede entre nós com os governos Collor e FH.Cardoso, há a intenção deliberada de

desmantelamento da organização dos trabalhadores, cujo poder, segundo ela, corrói as bases da acumulação de capital.

Essa ofensiva do capital não deixa ao trabalhador outra alternativa que não a defensiva. Não é que não tenha havido lutas nesses anos. No nosso entender, não há classes sem lutas. Já demonstramos a existência das classes. Por essa razão, limitar-nos-emos agora a tecer breves considerações sobre algumas manifestações dessas lutas. Começaremos pela greve dos metalúrgicos alemães, em 1984, por meio da qual se reivindicava a semana de 35 horas, sem redução salarial e que terminasse com o acordo em tomo da semana de 38 horas e meia. A greve dos mineiros de carvão ingleses contra o fechamento de partes não rentáveis, também em 1984, e que, após 11 meses, acabou derrotada (Brunhoff, 1991; Mandel, 1990) A greve geral na França, em 1995, que parou este país durante dias e cujo escopo era impedir a reforma de inspiração neoliberal advogada pelo atual governo. No Brasil, uma das greves mais significativas nos últimos anos, foi, indubitavelmente, a dos petroleiros. Deflagrada no mês de maio de 1995, esta greve durou 30 dias. Terminou sem que a reivindicação dos trabalhadores fosse atendida (Bianchi, 1996). Presenciamos hoje uma greve geral na Argentina.

Enfraquecidos e acuados pelo desemprego, os sindicatos têm-se mostrado incapazes de responder à ofensiva contra eles. Ao invés de contra-atacarem, cedem diante da possibilidade de supressão de mais empregos. Em nome da manutenção de empregos, fazem concessões e mais concessões. Na defensiva, nem de longe ostentam o poder a eles atribuído em outras ocasiões. Sujeitam-se às novas regras impostas ao trabalhador pelo capital: desemprego para muitos, baixos salários para os efetivos. O que se configura como mercado de trabalho desregulado, revela-se regulação econômica favorável ao empresariado. O exército de reserva em expansão mantém a sua função de compressor salarial, não apenas no tempo, quando o retraimento sucede ao crescimento, senão também no espaço em que as empresas se deslocam. Essa mobilidade lhes garante um controle maior sobre o emprego e os salários. Vejam os operários mal pagos no Silicon Valley (EUA); os jovens operários

japoneses ou sul-coreanos, que trabalham mais de 60 horas por semana, e tantos outros.

A lei do valor vigora implacável. Pretende, o senhor capital, reduzir custos. Dentre eles, o da mão-de-obra, a fim de aumentar a mais-valia. Por isso, distribui em escala mundial a demanda e a oferta da força de trabalho. A concorrência é exercida nessa escala e de modo perverso ao trabalhador.

Finalmente, podemos retomar o ponto relativo à cultura de massa. Trata-se de um conceito empírico que, em vista disso, não dá conta das determinações sociais mais fundas. Neste nível, segundo vimos, o que se tem são as relações sociais, as quais se apresentam na superfície social não enquanto tais e sim como relações entre indivíduos-massa, isto é, indivíduos homogeneizados, mas que, a despeito dessa homogeneização, acham-se atomizados e amorfos, sendo, por essa razão, um campo fértil para a manipulação (Mannheim, 1962; Mills, 1968; Adorno, 1971 e 1985; Morin, 1969; Lukács, 1969; e Touraine, 1989 e 1994).

Se a sociedade comportasse apenas esse nível fenomênico, ela seria inviável. Pois não é um simples aglomerado de indivíduos, consoante sugere o conceito de cultura de massa. Mas o conjunto de determinadas relações sociais. Por mais que a vida social tenha mudado, e, como procuramos demonstrar, ela tem mudado consideravelmente, essa mudança, ao contrário do que diz F.H. Cardoso, não dissolveu as relações sociais na qual se assenta. Nem estas nem a sociedade que elas formam se decompuseram. Se bem que modificadas, ambas mantêm-se. Não foi desta feita, portanto, que elas desapareceram. Pelo visto, tanto as relações quanto a sociedade que constituem e a que estamos nos reportando ainda são capitalistas. Conforme mostramos, o trabalho que está na base de ambas não se reduz ao trabalho heterogêneo. O suposto em favor dessa redução é o de que o trabalho abstrato não existe mais. Só restaria, em consequência, o trabalho concreto, diverso. A esse suposto ligar-se-ia o da implosão da lei do valor, provocada principalmente pela inovação tecnológica. Como o valor não é coisa ou algo semelhante, mas relação social, o que teria implodido não é senão esta, cujo caráter é capitalista. Em suma, o que teria implodido é

a própria sociedade capitalista. Revela-se aí o tom apologético do discurso de F. H. Cardoso.

Ao lançar mão desse argumento, ele parece ter esquecido de que um dos instrumentos básicos de trabalho do sociólogo é a capacidade de abstração. Esse esquecimento leva-o a reduzir, bem ao jeito dos empiristas, a realidade à sua aparência. Mostra-se, por isto, incapaz de elevar a sua reflexão, se é que se pode assim chamá-la, além desse nível epidérmico do social. Se tivesse procedido de outra maneira, como costumava fazer noutros tempos, certamente teria visto que nem o trabalho abstrato nem o valor e muito menos a sociedade implodiram. Por uma simples razão: sem trabalho abstrato não há valor e sem este não há troca e tampouco sociabilidade capitalista. E troca há, assim como há sociabilidade capitalista, a qual, vale repetir mais uma vez, se realiza na troca, por meio da forma valor. Forma esta que, já o sabemos, só se extinguiu quando a sociabilidade for diretamente social. Como isso ainda não aconteceu, mas, ao contrário, segundo parece, esta-se bem longe disso, é lícito pensar que também o valor não desapareceu. Permanece como equivalente na troca, mediador da sociabilidade e regente da sociedade, que persiste capitalista. Se esta persiste capitalista, é porque ainda é uma totalidade viva e contraditória, na medida em que, além de dinâmica, compreende a diversidade, o que quer dizer que ela é uma unidade do diverso ou síntese de muitas determinações. Daí a necessidade de se conhecerem essas determinações ou de saber em que consiste tal diversidade. É evidente que não para F.H Cardoso, que já não pensa mais assim. Talvez por isso recomende que esqueçam o que escreveu.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Adorno, T.W. *Dialética do esclarecimento*, Rio, Zahar Editores, 1985, cap. 2.
- _____. *La sociedad*, B. Aires, Proteo, 1971.
- Anderson, P. "Balanço do neoliberalismo", in Sader, E. (org.) *Pós-neoliberalismo*, Rio, Paz e Terra, 1995.
- Bell, D. *O advento da sociedade pós-industrial*, S. Paulo, Cultrix, s.d.

- Bettelheim, Ch. *Cálculo econômico e formas de propriedade*, B.Aires, Siglo veintiuno Editores S.A., 1972.
- Bianchi, A.G. "O que estava em jogo na greve dos petroleiros"?..., in *Plural*, revista do programa de pós-graduação em sociologia, S. Paulo, primeiro semestre de 1996, n. 3.
- Boccaro, P. *O capitalismo monopolista de estado*, Lisboa, Seara Nova, 1976, vol. 1.
- Braverman *Trabalho e capital monopolista*, Rio, Zahar Editores 1977.
- Brunhoff, S. *A hora do mercado*, crítica do liberalismo, S. Paulo, Editora Unesp, 1991.
- Cardoso, F.H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, S. Paulo, Difel, 1964, cap. 1.
- _____ *O modelo político brasileiro*, S. Paulo, Difel, 1972, cap. 5.
- Coriat, B. "Autômatos, robôs e a classe operária", in *Novos estudos Cebrap*, S. Paulo, v. 2,2, julho de 1983.
- _____ *A automação e a noção de processo de trabalho do tipo Process (processo contínuo)*, B. Horizonte, UFMG., 1985, mimeo.
- _____ "Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção" in Schimitz, H. *et alii*, (orgs.) *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*, S. Paulo, Editora Hucitec, 1988.
- _____ *Pensar pelo avesso*, Rio, Editora Revan, 1994.
- Ernst, D. "O novo ambiente competitivo e o sistema internacional de tecnologia - desafio para os países de industrialização tardia", in Velloso, J.P. dos Reis (org.) *A nova ordem internacional e a terceira revolução industrial*, J.Olympio Editora, 1992.
- Falabella, G. "Microeletrônica e sindicatos: a experiência européia", in Shimitz, H. *et alii*, *Op. cit*, cap. 4.
- Fausto, R. "A pós-grande indústria nos Grundrisse (e para além deles)", in *Lua nova*, n. 19, S. Paulo, novembro de 1989.
- Fergus, M. *Descentralização da produção - o declínio do trabalhador coletivo de massa*, Araraquara, s.d. mimeo.
- Folha de S. Paulo, "Mais", 19/11/1995.
- Friedman, G. *O trabalho em migalhas*. S. Paulo, Editora Perspectiva, 1983.
- Giannotti, J.A. *Origens da dialética do trabalho*, S. Paulo, Difel, 1966, cap. 4.
- _____ "Contra Althusser", in *Exercícios de filosofia*, S. Paulo, Cebrap, 1975.
- _____ "Em torno da questão do Estado e da burocracia", in *Estudos Cebrap 20*, S. Paulo, Cebrap. 1977.
- _____ *Trabalho e reflexão*, S. Paulo, Editora Brasiliense, 1983, cap. 5.
- "A sociabilidade travada" in *Novos estudos Cebrap 28*, S. Paulo, Cebrap, outubro de 1990.
- Gorz, A. *Adeus ao proletariado*, Rio, Forense, 1982.
- _____ "Trabalho necessário e racionalidade econômica", in *Novos rumos*, ano 10, n. 24, S. Paulo, 1995.
- Güevera, E. *et alii*, *Textos econômicos*, S. Paulo, Edições Populares, 1982.
- Habermas, J. *Ensayos políticos*, Barcelona, Edições Península, 1988, cap. 2.
- _____ "A nova intransparência", in *Novos estudos n. 18*, S. Paulo, setembro de 1987.
- Harvey, D. *Condição pós-moderna*, S. Paulo, Edições Loyola, 1994.
- Hymer, S. *Empresas multinacionais a internacionalização do capital*, Edições Graal, 1983.
- Hirsch, J. "O problema da dedução da forma e da função do estado burguês", in *A teoria do estado*, Rio, Tempo Brasileiro, 1990.
- Hirato, H. "Receitas japonesas, realidade brasileira", in *Novos estudos Cebrap n. 2*, julho de 1993.
- Lojkin, J. *A classe operária em mutações*, B. Horizonte, Oficina do Livro, 1990.
- _____ *A revolução informal*, S. Paulo, Cortez, 1996.
- Lukács, G. *Conversando com Lukács*, Rio, Paz e Terra, 1969.
- Mandei, E. *A crise do capital*, S. Paulo, Editora Ensaio, 1990.
- _____ *Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano*, Campinas, Unicamp, 1985, mimeo.
- Mannheim, K.. *O homem e a sociedade*, Rio, Zahar editores, 1962.
- Marx, K. "O capital", *Col. Os economistas*, S. Paulo, Abril S/A. Industrial e Cultural, 1983.
- _____ *"O capital"(capítulo sexto, inédito)*, S. Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.
- _____ *Miséria da filosofia*, Portugalense Editora, 1974.

- Mills, C.W. *A elite do poder*. Rio, Zahar Editores, 1968.
- Morin, E. *Cultura de massas no século 20*, Rio, Forense, 1969.
- Offe, C. *Capitalismo desorganizado*, S. Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- Pastore, J. *Flexibilização do mercado de trabalho e contratação coletiva*, S. Paulo, Ltr Editora Ltda, 1995.
- Petreri, S. "O trabalho na fábrica automatizada" in *Novos rumos*, S. Paulo, ano 11, n. 25. 1996.
- Possas, M. *Dinâmica e concorrência capitalista*, S. Paulo, Editora Hucitec, 1989.
- Rosdolsky, R. *Génesis v estructura de "El capital" de Marx*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1979.
- Touraine, A. "Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos", in *Lua nova*, S. Paulo, n. 17. junho de 1989.
- _____. *Critica da modernidade*, Petrópolis, Vozes, 1994.

¹ Antes do encaminhamento para publicação deste texto. F.H.Cardoso concedeu uma entrevista ao "Caderno Mais", da Folha de São Paulo, em que ratifica a idéia de fragmentação do social, mas, contrariamente ao que dissera na palestra proferida no dia da cultura em Brasília, na qual afirmara que a sociedade de massas é uma ilusão, diz agora que há uma massificação geral, bem como dá a entender que a sociedade atual é capitalista e não de massas ou coisa que o valha Cf., a esse respeito, "Mais", *Folha de São Paulo*, 13/10/96.